

Das evidências: a leitura de Raymundo Faoro como pano de fundo para a problematização das políticas públicas no campo da educação

Flávia Obino Corrêa Werle
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani

Resumo

O texto aponta para a permanência e atualidade dos conceitos faorianos de patrimonialismo e estamento, creditando vigor a leitura de *Os Donos do Poder*, a fim de buscar chaves de análise para o pensamento nacional e problematizar como são propostas, debatidas, aplicadas as políticas públicas no campo da educação e a legitimidade das constantes alterações de cronogramas de trabalho, pautas de ações e discussões teóricas no âmbito educacional, provocadas pelas mudanças de partidos e nomes.

padrões de relação clientelistas e meritocráticas; assim como à necessária abertura de novos espaços para a participação popular nas decisões do executivo.

Flávia Obino Corrêa Werle
Doutora em Educação, PUCRS.
Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS.
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani
Professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas, Universidade de Caxias do Sul/UCS.
Doutoranda em Educação, UNISINOS.

Palavras-chave: Patrimonialismo – Estamento – Políticas Educacionais – Raymundo Faoro

"...posso prometer ser sincero, mas não imparcial!"
Goethe

Introdução... ou sobre as evidências

A discussão é: a quem pertence o poder de auferir legitimidade às políticas públicas implementadas no âmbito da educação, o que encaminha ao conceito de participação e do quanto a presença (ou ausência) teórica e prática de tal conceito determinaria os rumos da educação, graças aos condicionantes da cultura política brasileira, marcados por tradições centralizadoras e patrimonialistas e, portanto, por

Quando se remete às sensíveis mudanças sociais e políticas pelas quais o Brasil passou nos últimos vinte anos, tais como abertura política; eleição direta para todos os cargos em todos os níveis da esfera executiva; constituição democrática; legitimação e incentivo ao pluripartidarismo; crescimento vertiginoso de ONGs li-

gadas às demandas sociais e movimentos de consulta popular; um operário chegando à presidência da república, fica difícil imaginar no que conceitos interpretativos do pensamento brasileiro, garimpados na década de cinquenta do século passado, podem servir de pano de fundo para a leitura da implementação e gestão de políticas públicas no campo educacional.

Diante de tantas e tão convincentes alterações qualitativas no cenário social e político, parece obsoleto trabalhar com conceitos como patrimonialismo, estamento, clientelismo e patriarcado, retirados, inclusive, da obra de Faoro.

Contudo, mesmo sob o crivo dos mais veementes críticos da obra faoriana¹, e dos mais otimistas em relação ao futuro do país e sua atual configuração democrática e constitucional, peço atenção ao trecho que segue:

O apresentador Gugu Liberato citou sua amizade com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), durante seu depoimento ao Deic nesta quinta-feira. O depoimento ocorreu por causa da entrevista forjada com falsos membros do PCC no pro-

grama "Domingo Legal", do SBT, no último dia 7.

Durante o depoimento, o apresentador afirmou ao delegado Alberto Pereira Matheus Júnior, do Deic (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado), que tem "muita amizade" com o governador e que fez "campanha para ele" nas últimas eleições.²

Sem entrar no mérito da citada entrevista (à qual, aliás, nem assisti), ou da culpa ou não do mencionado apresentador na suposta "armação", destaco a referência feita pelo mesmo à sua "amizade" com o governador do Estado de São Paulo, senhor Geraldo Alckmin. Ora, se o seu interrogatório versava sobre suas atividades como apresentador de televisão, em que citar a amizade com o governador seria relevante, a não ser que o mesmo pretendesse algum "abrandamento" na questão, ou alguma deferência especial, pelo fato de ser amigo do Alckmin.

Onde está a separação entre o público e o privado e suas respectivas competências? A quem serve o cargo de governador? Aos amigos, aos influentes? Em uma investigação de mérito policial,

¹ Um trabalho da envergadura do proposto por Faoro, não passaria alheio a opiniões e críticas de todos os lados, seja daqueles que entendem seu quadro de análises como monolítico e fixo, quanto daqueles que, por razões políticas (já que Faoro abraçava, abertamente as posições esquerdistas), o atacam, independentemente inclusive, de uma crítica mais consistente a sua obra. Uma das críticas mais veementes a obra de Raymundo Faoro (e dos grandes pensadores que discutiram formação da sociedade brasileira no século XX, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta), vem de Jessé de Souza (2000), através do livro *A modernização seletiva*, no qual ataca a dicotomia clássica que dá conta da oposição binária elite má, povo bom, e que todos os erros do país demandariam desta oposição. Segundo Souza, noções como personalismo, patrimonialismo, iberismo, usadas para explicar o atraso do país, não se aplicam mais, assim como entender que a idéia de patrimonialismo (na qual o plano público e o privado se confundem), desenvolvida por Raymundo Faoro, determina a pauta política de hoje, quando só o que se discute são os níveis de corrupção e este, segundo Jessé, não é o único tema de debate na pauta dos problemas brasileiros. Isso explica a pobreza do debate político: só se ataca o patrimonialismo e fim de conversa.

² FREITAS, D. Em depoimento à polícia, Gugu cita amizade com Alckmin. *Folha Online*, São Paulo, 25 set. 2003. Cotidiano. Disponível em: <folha.com.br>. Acesso em: 25 set. 2003.

em que citar amizades influentes pode ser necessário?³

Encontro, ainda que desconhecadora completa do caso veiculado na suposta entrevista e seus posteriores desdobramentos, apenas uma resposta: conceitos de patrimonialismo, clientelismo, estamento e patriarcado, se apresentam face obsoleta para alguns teóricos, aplicam-se bem a casos como o citado acima, mostrando que práticas herdadas do Brasil Colônia ainda se encontram arraigadas na arqueologia do pensamento e das práticas sociais e políticas do país, às expensas de todas as conquistas no âmbito democrático e social que dominaram o cenário brasileiro nas últimas décadas.

Esta situação descrita em minha (prolixa) introdução, levou-me a creditar ainda mais vigor à leitura que então fazia: *Os Donos do Poder*, em uma tentativa de encontrar chaves de análise para o pensamento nacional, a fim de problematizar como são propostas, debatidas, aplicadas as políticas públicas no campo da educação e a legitimidade das constantes alterações de cronogramas de trabalho, pautas de ações e discussões teóricas no âmbito educacional, provocadas pelas mudanças de partidos e nomes.

A caminhada, no entanto, foi iniciada muito antes...

Quando comecei minhas discussões sobre a quem pertence o poder de auffer legitimidade às políticas públicas im-

plementadas no âmbito da educação, cheguei, em uma primeira análise, ao conceito de participação, e do quanto a presença (ou ausência) teórica e prática de tal conceito determinaria os rumos da educação, assim como à necessária abertura de novos espaços para a participação popular nas decisões do executivo.

Jacobi (2000), diz que na América Latina a luta pela conquista de espaços para aumentar a participação social é, sem dúvida, um dos aspectos mais desafiadores para a análise sobre os alcances da democracia nas relações entre o nível local de governo e a cidadania.

Desde a década de 80, ou mais precisamente com o final das ditaduras militares pela latino-América, a participação, (ao menos conceitualmente) nas suas diversas dimensões, vem sendo amparada e institucionalizada dentro dos marcos das chamadas democracias representativas.

Contudo, parece que poucas são, de fato, as experiências de gestão pública que assumem uma radicalidade democrática na gestão da coisa pública e ampliam concretamente o potencial participativo (JACOBI, 2000).

Este fato deve-se, em grande parte, aos condicionantes da cultura política, tanto no Brasil como no resto dos países da América Latina, marcados por tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas e, portanto, por padrões de relação clientelistas e meritocráticas.

³ Não quero acreditar que este episódio seja uma releitura da máxima atribuída ao presidente Artur Bernardes (1922-26) e supostamente incorporada por Getúlio Vargas: "Aos amigos, tudo; aos inimigos, o rigor implacável da lei, se possível".

Os condicionantes da cultura política brasileira podem ser explicitados (e explicados) à luz do conceito de patrimonialismo⁴.

Sobre o patrimonialismo Baquero (2001) diz encontrar-se na obra de Raymundo Faoro (1997) um dos principais trabalhos acerca desse tema. Para Faoro o atraso político brasileiro, em se tratando da incorporação da sociedade civil, remete à forma de estruturação da burocracia no país. Como o poder político avançou sistematicamente no controle da economia e da diferenciação social, o patrimonialismo ou o mercantilismo estatal (BAQUERO, 2001) destruiu a institucionalização dos direitos individuais.

Esses fatores, identificáveis na sociedade brasileira, propiciaram o estabelecimento de elementos que caracterizaram a organização social brasileira: não existe a tendência ao autogoverno, o que também significa a ausência de solidariedade comunitária e de maneiras espontâneas de auto-organização política; virtudes inativas, ou seja, o ser social não reflete ativamente para transformar a realidade, mas procura uma razão externa à sua existência; e razão reflexiva, a qual provoca um pensamento que impede rompimentos, sustenta uma consciência conservadora e um domínio dos interesses pelas paixões (BAQUERO, 2001, p. 101).

Partindo desses elementos, a sociedade brasileira nasceu influenciada pela pirâmide familiar, tendo como fundamento a organização patriarcal, a fragmentação

social, as lutas entre as famílias, as virtudes inativas e a "ética da aventura" (BAQUERO, 2001). Tanto o caudilhismo, quanto o coronelismo, que necessitavam de lideranças carismáticas, substituíam a racionalidade dos interesses individuais e estabeleciam a matriz sobre a qual delimitaram-se a organização social e as fundações da política e do Estado.

Na medida em que as relações afetivas e/ou familiares precederam a constituição do espaço público, o poder público incorporou uma dimensão personalista em que o carisma onipotente e a dependência do homem comum geraram uma atitude instrumental em relação à política. Assim, ainda seguindo os passos de Baquero (2001, p. 102),

[...] pode-se dizer que a experiência política brasileira tem se caracterizado pela predominância de formas autoritárias de governo, gerando, como consequência, uma restrição às possibilidades de uma participação política mais efetiva. O impacto do autoritarismo, ao longo das últimas décadas, não permitiu que se desenvolvesse um cenário no qual a ingerência da sociedade civil no Estado fosse significativa [...].

A partir desta perspectiva, falar em políticas públicas para a educação, não significa, necessariamente, falar em participação, isto graças aos chamados condicionantes da cultura brasileira, entre eles o *patrimonialismo*, que tem em Max Weber figura onipresente, e em Raymundo Faoro sua adaptação para a realidade

⁴ Quem primeiro usou a expressão patrimonialismo para descrever a política brasileira foi Sérgio Buarque de Holanda, depois de conhecer a obra de Max Weber. Para tanto, ver *Raízes do Brasil* (1936, cap. V).

brasileira. Isto porque, na visão de Mendonça (2001, p. 37),

[...] pensar a esfera do ensino público no Brasil, [...] sugere a eleição de uma abordagem teórica sobre o Estado que dê conta de explicar o modelo de exercício do poder que combinou a influência sofrida pelas teses políticas do liberalismo com ordenamentos de caráter patrimonial, levando a organização do estado brasileiro a um caminho particular.⁵

Desta feita, procurar o domínio conceitual de patrimonialismo e "ler" as evidências a partir das teorias faorianas, tornou-se prioritário para o desenvolvimento do meu trabalho, convidando-me à leitura da obra, uma leitura que se pretende madura e produtiva.

Raymundo Faoro, gaúcho de Vacaria, no livro *Os donos do poder*, escrito em 1958, empenhou-se em adaptar as teorias de Max Weber à realidade brasileira. Em sua obra, discorreu sobre a formação do patronato político brasileiro, trabalhando com os conceitos de *estamento* como criatura do *patrimonialismo* (FAORO, 1997, p. 88, grifo nosso).

A teoria de Raymundo Faoro parte do pressuposto de que, enquanto um Estado patrimonialista, Portugal não pode transmitir, como metrópole, para suas colônias outra estrutura estatal senão a do patrimonialismo. Neste sentido, afirma que desde o início, de D. João I a Getúlio Var-

gas, surge inabalável frente às grandes transformações, o Estado patrimonialista no Brasil (FAORO, 1997, p. 733).

Depois do exame de seis séculos de história (desde a peculiar Idade Média lusa até o século XX) notou Faoro a persistência de um forte estamento burocrático, desmobilizando sistematicamente as formas de expressão que pudessem trazer à tona projetos sociais sintonizados com a contemporaneidade do mundo, sendo que "[...] a principal consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira" (FAORO, 1997, p. 269).

Faoro (1997, p. 85) ainda explica, através do estamento e do patrimonialismo que privilegia os ganhos de uns em detrimento de um coletivo, o 'atraso' ibérico em relação ao desenvolvimento europeu nos séculos que se seguiram às grandes navegações da Idade Moderna, dos quais somos, de certa maneira, herdeiros:

[...] Todo o influxo externo, de produção de bens ou de aquisição de técnicas, sofre o efeito triturador e nacionalizador do estamento, que retarda a modernização do país. A árvore, submetida ao oxigênio viciado de estufa, não perece; produz sempre os mesmos frutos, cada vez mais pecos, sem polpa, amarelos. Enquanto o mundo corre o seu destino, a Península Ibérica, mesmo túrgida com as co-

⁵ A obra de Erasto Fortes Mendonça (2000, p. 36-37), citada neste ensaio, é elucidativa (ou problematizadora) desde o título: "A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira". Vejamos: a regra é o "[...] elemento formal, decorrente do sistema normativo-institucional e o jogo, resultado de um conjunto de circunstâncias histórico-político-sociais que caracterizam a ação política de todos os que de alguma maneira estão envolvidos com a institucionalização e o funcionamento da gestão democrática do ensino público [...]."

lônias americanas, para as quais transferirá sua herança política e administrativa, esfria e se congela [...].

O autor, ao metaforicamente dizer que a árvore submetida a condições "viciadas" de oxigenação dá sempre o mesmo fruto, remete a leitura de que, se não modificarmos sensivelmente o ambiente em que são gestadas as decisões e os encaminhamentos do Estado, incorreremos sempre nos mesmos erros, produzindo os mesmos "pecos" frutos de uma tradição que se apropria do estabelecimento Estatal como se privado fosse.

Patrimonialismo e estamento... as (re) leituras dos conceitos faorianos

De uma forma inicial, Raymundo Faoro (1997, p. 20) caracteriza o sistema patrimonial dizendo que ele "[...] prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano." Estes servidores passam a fazer parte de uma elite, livremente escolhida/recrutada pelo soberano, elite que fará parte da burocracia do Estado.

Logo, se a burocracia está vinculada ao "soberano" e não às funções que deve ocupar junto à esfera pública, à medida que o soberano mude, muda também, são alteradas significativamente todas as construções que até então vinham sendo feitas, já que se trata de uma nova casa, de um novo soberano.

Dentro desta perspectiva, Guiomar Namó de Mello afirma que a descontinuidade na elaboração e implementação

de programas e/ou projetos educacionais, dentro da demanda de políticas públicas para a educação,

[...] parece ser [...] uma tônica permanente no cenário administrativo nacional, por força do atrelamento do estado ao clientelismo político. Mudanças de governo, no Brasil, implicam interrupção dos projetos de inovação e melhorias do ensino sem avaliá-los, só porque foram iniciados por outras administrações.

Na acepção faoriana, burocracia assume um sentido pejorativo, graças ao conteúdo patrimonialista do estamento burocrático, que subverte o sentido da burocracia, conforme a seguinte passagem,

O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo - o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria de competência [...]. (FAORO, 1997, p. 84).

Eis que o cargo não trata de uma forma de "servir a", mas de "servir-se de e com o". Neste sentido, há uma apropriação pessoal do cargo. E, se é pessoal, o cargo pode servir igualmente a interesses pessoais. Dentro desta mesma perspectiva, colabora Holanda (1971, p. 106), pontuando que,

[...] no Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a inte-

resses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação im pessoal [...].

No mesmo sentido vêm a formação de uma elite dirigente, herdeira dos conceitos, e práticas que transformam e confundem o público (estatal) com o privado (patrimonial), gestando desde sempre o chamado Estado Patrimonial:

[...] Uma longa herança - herança social e política - concentrou o poder minoritário numa camada institucionalizada. Forma-se, desta sorte, uma aristocracia, um estamento de caráter aristocrático, do qual se projeta, sem autonomia, uma elite, um escol dirigente, uma "classe" política. Ele forma a base do Estado, sempre que ondas sucessivas, tumultuárias, renovadoras, não o varrem, em nome do poder majoritário. Neste caso, a crise de democratização, expele, repudia, afasta a instituição minoritária, como estrato, como comunidade, deixando em seu lugar apenas uma elite, variável, ondulante, submetida à circulação permanente [...] (FAORO, 1997, p. 92).

Ora, a institucionalização de uma aristocracia leva à formação/projeção de uma elite, que muito bem servirá aos interesses minoritários desta camada institucionalizada, agarrada ao estado como se dele nutrisse o seu poder (o que, de uma certa forma, é verdadeiro).

O estamento como criatura produzida pela consolidação do Estado patrimo-

nial, ou a idéia do estamento burocrático como um monstro cujo lócus é o Estado patrimonial vindo a nós desde a unificação portuguesa, poderia ser assim compreendida:

[...] O estamento. Para a compreensão do fenômeno, observe-se, desde logo, que a ordem social ao se afirmar nas classes, estamentos e castas compreende uma distribuição de poder, em sentido amplo - a imposição de uma vontade sobre a conduta alheia. A estratificação social, embora economicamente condicionada, não resulta na absorção do poder pela economia. O grupo que comanda, no qual se instala o núcleo das decisões, não é, nas circunstâncias históricas em exame, uma classe da qual o Estado seria mero delegado, espécie de comitê executivo. A classe se forma com a agregação de interesses econômicos determinados, em última instância, pelo mercado [...]. A classe e seus membros, por mais poderosa que seja, pode não dispor de poder político [...] (FAORO, 1997, p. 46).

E, prossegue Faoro (1997, p. 46, grifo nosso),

[...] De outra natureza é o estamento - primariamente uma camada social e não econômica, embora possa repousar, em conexão não necessária real e conceitualmente, sobre uma classe. O estamento político - de que aqui se cogita, abandonado o estamento profissional, por alheio ao assunto - constitui sempre uma comunidade, embora amorfa: os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder. A situação estamen-

tal, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda a sociedade. Esta consideração social apura, filtra ou sublima um modo ou estilo de vida; reconhece, como próprias, certas maneiras de educação e projeta prestígio sobre a pessoa que a ele pertence; não raro, hereditariamente [...].

O estamento burocrático, acima das classes, se fecha em privilégios. Governa através da apropriação do estado e de seus mecanismos burocráticos e permanece dependente do poder central.

[...] uma categoria social, fechada em si mesma, manipula lealdades com o cargo público, ela própria, sem outros meios, assentada sobre as posições políticas. Entre a carreira política e a dos empregados há uma conexão íntima e necessária, servindo ao Estado como dispenseiro de recursos, para o jogo interno de troca de vantagens [...] (FAORO, 1997, p. 389).

Assim, o estamento burocrático permite a "oficialização" de projetos e figuras "certas", capazes de exprimir lealdade e de abandonar velhas posturas em nome da garantia de privilégios. Desta feita, os projetos educacionais implementados têm mais a ver com pessoas e posições, do que com reais demandas da comunidade educativa (estas, aliás, podem perfeitamente ser fabricadas e/ou manipuladas).

Isto tem revelado o tom autoritário que o "estamento" e os chefes do poder assumem, assim como das políticas implementadas pelo governo que ora administra a máquina estatal...

É essa maneira autocrática e autoritária de funcionamento do Estado, característica do governo estamental, que permite que as políticas públicas, de que a gestão democrática do ensino público é apenas um exemplo, sejam constantemente alteradas, ao sabor das conveniências políticas. O governante dita à sociedade a sua vontade pessoal como se estatal fosse, numa versão adaptada e moderna do coronelismo, elemento que participa da estrutura patrimonial e que transforma o governante no dono do governo.

Esse poder pessoal acaba permitindo a descontinuidade na sustentação de políticas educacionais, mencionada como fator que dificulta a implantação de mecanismos de gestão democrática. Cada secretário, cada governador ou prefeito tem o seu plano, a sua proposta curricular, a sua lei, julgando, com a arrogância típica de quem se pensa dono do cargo que ocupa, que são os seus instrumentos os que melhor respondem às necessidades da população [...] (MENDONÇA, 2001, p. 97, grifo nosso).

No que diz respeito ao preenchimento das funções institucionalizadas de chefias e de burocracia, novamente entra o estamento...

[...] Este preenchimento das funções institucionalizadas do poder se faz num sentido conservador, num compasso provisório de espera, até que, da faixa dirigente, se decantem os dirigentes. Há, nesse processo, o jogo de muitos artificios e falsidades: as mudanças estruturais provocam o alheamento da elite, em seu lugar opera a comunidade que a sustenta,

que provê a sociedade de liderança. Essa liderança, em deslocamentos dentro da mesma faixa de origem, conquista a confiança popular e lhe infunde, de cima, a representação arbitrar de interesses comuns. Nesta dança, orquestrada pelo estamento não entra o povo: quem seleciona, remove e consolida as chefias é a comunidade de domínio, num ensaio maquiavélico de captação do assentimento popular. A soberania popular funciona às avessas, numa obscura e impenetrável maquinação de bastidores, sem o efetivo concurso da maioria, reduzida a espectador que cala ou aplaude [...] (FAORO, 1997, p.92).

Desta feita, o segundo escalão do executivo por assim dizer, ou os secretários da educação, responsáveis pela execução, concretização de um projeto de governo na área educacional, muitas vezes são cooptados desta elite nutrida junto ao poder, com poucas chances (ainda que boas intenções não faltem), de ir de encontro (e sobreviver a uma colisão) ao projeto estipulado pelo governante, que na maioria das vezes não entende (ou não quer entender) de educação.

Esta leitura pode ser transposta ao terceiro, quarto escalão responsável pela gestão da escola e da rede escolar (seja ela municipal, estadual ou federal). Legítimos representantes do estamento, algumas dessas pessoas incorporam o poder outorgado como se fosse donatário vitalício do mesmo, regulando informações, hierarquias e projetando suas próprias interpretações no campo da educação.

Para legitimação do estado patrimonial e das figuras oriundas do estamento, é

necessário um esquema de dominação e a garantia da manutenção do instituído, que não permita, por outro lado, a livre organização da sociedade civil e nem tampouco forneça suporte para tal organização,

[...] A nação só não deve se organizar para se converter em inimiga, no limite do jugo tolerável. O contato entre governo e governados, distante, frio, indiferente, só ganha dramaticidade nesse limite extremo, no limitar da conduta que despoja o povo de sua honra e do pão. Fora daí, pela violência ou pela astúcia, com a mão suave ou com a mão severa, tudo se permite, contanto que não se quebre a comunidade armada junto da Coroa [...] (FAORO, 1997, p. 89).

Tudo se permite. Desde as relações domésticas potencializadas no espaço público (que passam pelas relações de compadrio e pelos privilégios ofertados apenas a alguns), até a apropriação privada do Estado. Eis, segundo Faoro, a maior herança dos tempos de Colônia lusa.

À guisa da conclusão...

Em minhas andanças, - quando iniciava as leituras sobre patrimonialismo, clientelismo e outros conceitos configuradores da cultura brasileira, sob a mão de Jacobi (2000); Baquero (2001) e Mendonça (2000, 2001) -, presenciei uma cena que, de uma outra forma, passaria despercebida.

Chegava a uma escola estadual em uma cidade pequena, no interior do Rio Grande do Sul. Uma escola cujo prédio toma conta da quadra inteira, quadra essa

cercada por ruas com calçamento. Contudo, não há calçada em torno da escola, é terra, chão batido, e em toda quadra, no espaço entre a rua e o muro da escola, há apenas dois lugares calçados: duas estreitas faixas que dão acesso à escola. Era um dia chuvoso. Ainda assim, quem chegasse viria com "os pés limpos" e continuaria desta forma, ao utilizar as faixas calçadas nos portões da escola.

Eis que tinha um carro estacionado exatamente sobre uma das faixas, em um dos acessos, obrigando os "chegantes" a contorná-lo andando pela terra (barro, nesta hora), até entrar nas dependências da escola. Comentei isso com a pessoa que estava comigo. Ela achou muito normal. Perguntei: "normal que o carro do diretor da escola esteja parado justamente no único espaço calçado?", ao que a pessoa que me acompanhava respondeu: "claro, ele é o diretor e não queria sujar os pés de barro, imagine, o diretor sujo de barro!"

Um fato aparentemente corriqueiro... Mas por que o diretor da escola se achava no direito de estacionar justamente sobre a única faixa calçada em torno da escola? Por que era natural aceitar esta condição? Pelo cargo ocupado pelo motorista do carro "infrator"? Por que a escola tem dono, e o dono não pode chegar sujo aos seus domínios, à sua posse?

Como até então não havia visto manifestações dessa forma, comecei a ver outros tantos casos que minha memória permitia, como a vez em que o diretor de uma escola onde trabalhava pediu que felicitássemos a coordenadora pedagógica pelo seu aniversário, já

que seria ela que "mandaria em nós". Ora, a hierarquia institucional confere poderes de interferência pessoal aos seus ocupantes?

Mas assim funciona o patrimonialismo. A pessoa, investida do cargo, aceita os privilégios diferentes daqueles aos quais "tem direito" em virtude do posto ocupado, empossando-se não apenas nas funções, mas das deferências próprias da função.

Trazendo isso para o campo das políticas públicas educacionais, percebemos que os "ungidos", ou "agraciados" para ocuparem determinados cargos dentro da burocracia, muito facilmente utilizam-na para efetivar projetos pessoais, sendo condição de poder a destruição material e memorial do projeto elaborado pelo governo anterior.

Os conceitos de patrimonialismo e estamento passam então a ser chaves de análise para as políticas públicas brasileiras em sua implementação e gestão, sobretudo no campo da educação, já que o sistema patrimonial "[...] prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano" (FAORO, 1997, p. 20). Estes servidores passam a fazer parte de uma elite, livremente escolhida/recrutada pelo soberano, elite que fará parte da burocracia do Estado.

Desta feita, se naturalizamos evidências como as que eu exemplarmente busquei trazer ao longo do texto, como não o faríamos em relação ao poder do governante e daqueles que o cercam? Como não aceitaríamos as repentinas trocas de destinos e de projetos no campo das polí-

ficas públicas, em especial das políticas educacionais?

Ora, se a função burocrática é uma extensão da casa do soberano, basta que este mude (eleições...) para que mude toda configuração (de interesses) da burocracia, entre esta, os projetos e planos de administração, já que há uma apropriação pessoal do cargo. E se é pessoal, logo, o cargo pode servir igualmente a

interesses pessoais e a legitimidade de interesses com nomes e datas, e não a interesses do "coletivo".

Parece que ainda se tem muito a caminhar, e o primeiro passo já está posto, a problematização do óbvio, do dado, dos elementos que acumulam referenciais que legitimam características patrimonialistas, herança lusa, segundo Faoro, mas não intransponível.

Recebido em: 21/06/2004

Aceito para publicação: 23/08/2004

ABSTRACT

About evidences: the reading of Raymundo Faoro as a panel for the problematizing of public policies in the field of education

*The text points to the permanence and updatedness of the Faorian concepts of patrimonialism and estament, crediting vigor to the reading of *The Owners of Power*, in order to look for keys of analysis for the national thought and problematizing the way public policies are proposed, debated and applied in the field of education, as well as the legitimacy of the constant alterations of chronograms of work, guide lines of actions and theoretical discussions, caused by the switches of parties and names.*

The discussion is: to whom belongs the power of giving legitimacy to the public policies implemented in the field of education, what does lead to the concept of participation and of how much the theoretical and practical presence (or absence) of such a concept would determine the course of education, due to the conditionings of the Brazilian political culture, marked by centralizing and patrimonialist traditions and, therefore, by patterns of clientelist and meritocratic relations: as well as the necessary opening of new spaces for the popular participation in the decisions of the executive power.

Key-words: Patrimonialism – Estamento – Educational policies – Raymundo Faoro

RESUMEN

De las evidencias: la lectura de Raymundo Faoro como paño de fondo para la problematización de las políticas públicas en el campo de la educación

Autora: Flavia Obino Corrêa Werle

El texto apunta a la permanencia y actualidad de los conceptos faorianos de patrimonialismo y estamento, creditando vigor a la lectura de Los Dueños del Poder, a fin de buscar claves de análisis para el pensamiento nacional y problematizar como son las propuestas, debatidas, aplicadas a las políticas públicas en el campo de la educación y la legitimidad de las constantes alteraciones de cronogramas de trabajo, pautas y discusiones teóricas en el ámbito educativo, provocadas por los cambios de partidos y nombres.

La discusión es: a quien pertenece el poder de conferir legitimidad a las políticas públicas implementadas en el ámbito de la educación, que encamina al concepto de participación y de cuanto la presencia (o ausencia) teórica y práctica de tal concepto determinaría los rumbos de la educación, gracias a los condicionamientos de la cultura brasileña, enmarcados por tradiciones centralizadoras y patrimonialistas y, por lo tanto, por patrones de relación clientelista y meritocráticas; así como a la necesaria apertura de nuevos espacios para la participación popular en las decisiones del ejecutivo.

Palabras-clave: Patrimonialismo – Estamento – Políticas Educativas – Raymundo Faoro

Referências bibliográficas

BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo em Perspectiva: revista da Fundação SEADE, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 98-104, out./dez. 2001.

CAMPANTE, R. G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n.1, p.153-193, 2003.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Globo, 1997. 2v.

FREITAS, D. Em depoimento à polícia, Gugu cita amizade com Alckmin. *Folha Online*, São Paulo, 25 set. 2003. Cotidiano. Disponível em: <folha.com.br>. Acesso em: 25 set. 2003.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio: INL, MEC, 1971.

JACOBI, P. Educação, ampliação da cidadania e participação. *Educação e Pesquisa: revista da Faculdade de Educação da USP*, v. 26, n. 2, p.11-29, jul./dez. 2000.

MELLO, G. N. Autonomia da escola: possibilidade, limites e condições. In: VELLOSO, J. et al. *Estado e educação*. Campinas, SP: Papirus, 1992.

MENDONÇA, E. F. *A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira*. Campinas, SP: FE, UNICAMP, 2000.

_____. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. *Educação & Sociedade: revista quadrimestral de ciências da educação*. Campinas, SP, ano XXII, n. 75, ago. 2001.

SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, DF: Ed.Universidade de Brasília, 2000.

Correspondência:

flaviaobinowerle@pro.via-rs.com.br

esquairsani@via-rs.net